



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Política ou planejamento do espaço?

Politics or planning of the space?

Política o planificación del espacio?

EGLER, Tamara Tania Cohen (1);

OLIVEIRA, Fabiana Mabel de (2)

(1) Professor Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Rio de Janeiro, RJ, Brazil; e-mail: tamaraegler@gmail.com

(2) Doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa de Pós-graduação em Urbanismo - PROURB, Rio de Janeiro, RJ, Brazil; e-mail: fabianamabel@ig.com.br

Política ou planejamento do espaço?

Politics or planning of the space?

Política o planeamiento del espacio?

RESUMO

No presente artigo apresentamos o papel da política e do planejamento urbano no processo de estruturação do espaço, com o objetivo de debater as relações entre política e planejamento para compreender a complexidade espacial. A problemática espacial exige a compreensão dos processos econômicos e políticos e seus efeitos sobre a existência social no espaço. O planejamento por si não dá conta da complexidade econômica e política e de seus efeitos sobre a apropriação do espaço. Esse pensamento compreensivo orienta a nossa proposta de constituição da Rede de Políticas Públicas (RPP), uma rede de pesquisadores que refletem sobre política pública.

PALAVRAS-CHAVE: política; planejamento; espaço.

ABSTRACT

The present article shows the role of politics and urban planning in the process of structuring space, with the objective of debating the relations between politics and planning in order to understand the complexity of space. The special problematic needs the comprehension of economic and political processes and its effects on social existence. Planning by itself does not account for the economic and political complexity and its effects on the appropriation of space. This understanding guides our proposal of constitution of a Public Policy Network (PPR), a network of researchers that reflect on public policy.

KEY-WORDS: politics; planning; space.

RESUMEN

Este artículo presenta el papel de la política y el planeamiento urbano en la estructuración del espacio, con el objetivo de discutir la relación entre la política y el planeamiento para comprender la complejidad espacial. La problemática espacial requiere una comprensión de los procesos económicos y políticos, y sus efectos en la existencia social en el espacio. La planeación por sí sola no da cuenta de la complejidad política y económica y de sus efectos sobre la apropiación del espacio. Este planteamiento orienta la propuesta para la creación de una red de políticas públicas. La cual es conformada por investigadores para reflexionar sobre este tema.

PALABRAS-CLAVE: política; planeamiento; espacio.



INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento é muito lenta, resultado da experiência de vida e trabalho de cada pesquisador. Sabemos ser ela uma operação complexa, associada à capacidade de observar o mundo e reconhecer eventos que exigem a nossa reflexão e análise. Para tanto, é preciso conhecer os significados que dão sentido ao mundo, e, conseqüentemente, é preciso debruçar os olhos sobre os livros para aprender conceitos e categorias que enfocam os fenômenos em observação.

A pergunta central que formulamos é a seguinte: qual o papel da política e do planejamento urbano no processo de estruturação do espaço?

A proposta aqui apresentada tem por objetivo debater as relações entre política e planejamento e está referida a uma vida dedicada a compreender a complexidade do processo espacial. Comecei minha experiência como estudante de arquitetura, nos bancos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no final da década de 1960 e início da de 1970. Então, a referência principal para a compreensão do processo espacial estava plasmada no ideário da modernidade, presente na experiência de construção de Brasília. Os textos do Lucio Costa apresentavam o projeto de arquitetura e do urbano como a principal condição para alcançar a justiça social na cidade. Cabia ao arquiteto a responsabilidade do projeto, da obra de arte originária da imaginação, aquela capaz de transformar o mundo real.

Meu primeiro contato com o planejamento urbano foi elaborar o plano diretor da Prefeitura Municipal de Cotia. Essa experiência me permitiu observar a importância da propriedade fundiária no projeto urbano. Percebi que para avançar na compreensão do processo espacial era preciso considerar interesses econômicos e políticos, associados às formas de sua estruturação. Mais do que uma ação planejadora, a problemática espacial exige a compreensão dos processos econômicos e políticos e seus efeitos sobre a existência social no espaço.

O planejamento por si só é insuficiente, uma vez que não dá conta da complexidade econômica e política e de seus efeitos sobre a apropriação do espaço. Por isso, o estudo do processo espacial deveria ser multidisciplinar, e a intervenção no espaço deveria contar com instrumentos de planejamento como a chave capaz de produzir o desenvolvimento..

Os cursos de planejamento urbano e regional foram criados no Brasil na década de 1970. O planejamento passava, então, a ser considerado um instrumento de intervenção capaz de dar solução aos crescentes problemas urbanos de nossas cidades. Foi nessa conjuntura que o plano diretor institucionalizou-se, transformando-se na mola mestra da política urbana. Pela medição do planejamento, visto enquanto processo de intervenção/transformação do espaço urbano, visava-se alcançar o desenvolvimento e produzir a justiça social, garantindo o acesso dos cidadãos aos bens materiais que a cidade oferece.

O trabalho de pesquisa é dar significado para os eventos que compõem o campo de investigação, entendendo campo na acepção dada por Bourdieu (1998), como uma forma de ser, pensar e fazer compartilhada pelos atores que dele participam. Para fazer avançar a interpretação do campo *espaço* é importante identificar atores, processos e ações que definem



a sua existência. Afinal, todo fenômeno é interpretado por atores, que, por meio de instrumentos, são capazes de produzir determinadas ações e direcioná-las para transformações no espaço. Essas transformações, conforme já foi dito, remetem a uma distribuição mais igualitária de bens urbanos disponíveis nas cidades – transportes, trabalho, educação, cultura, saúde e – por que não? – paisagem.

Por tudo isso, temos de, necessariamente, fazer interrogações do tipo quem são os atores? Quais são os processos? Como se transforma o espaço? Conforme a proposta de Ana Clara Torres Ribeiro, no seu curso sobre metodologia da pesquisa, ministrado no IPPUR.

Considerando a dimensão econômica do processo espacial, no intuito de compreender seus efeitos sobre a existência social, cabe identificar os atores nela presentes, i. e., o capital, o proprietário fundiário, o Estado e o trabalhador. Para identificar os atores da dimensão política, são considerados o Estado, os políticos, os sujeitos da política, os cidadãos. Já se quisermos identificar os atores da dimensão cultural, temos que atentar para os empresários, os artistas e os indivíduos. Assim, sucessivamente, podemos observar um grande número de atores que se responsabilizam por uma infinidade de ações políticas e atividades econômicas, que formam e conformam a tecno-estrutura e a psico-estrutura do espaço.

Quais são os processos?

Compreendemos os processos como uma infinidade de atividades que se plasmam sobre o espaço, e eles incluem desde o planejamento urbano, o projeto de arquitetura, a autoconstrução, a construção da edificação e tantos outros. Esse conjunto é responsável pela estruturação física do espaço urbano e pelas relações sociais que nele se estabelecem.

O evento será compreendido quando consideramos que os atores, por mediação de processos, produzem ações, entendendo ação como a categoria central da política (ARENDR, 1994, 2013). Quando propõe o campo da cartografia da ação (2005), Ana Clara Torres Ribeiro nos revela que é preciso ir além dos atores que respondem pelos grandes temas, aqueles que – a partir de táticas e estratégias inovadoras desenvolvidas por uma multiplicidade de sujeitos sociais, para a consecução de seus objetivos materiais e de suas reivindicações políticas – são importantes no processo de formação do espaço. Sua advertência nos alerta para o fato de que devemos valorizar a ação que orienta os movimentos e as resistências sociais. São reivindicações de protesto, que são desenvolvidas no dia a dia da vida cotidiana na cidade e que resultam em profundas transformações do espaço urbano. Por isso, a interrogação que ela havia enunciado no seminário da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR em 2011, se mantém: quem planeja o território?

Quem planeja o território?

O debate está posto. O planejamento do território é feito por especialistas, tem por resultado a produção material do espaço. Além do planejamento de grandes temas, temos uma miríade de atores que configuram o *território praticado*. Daí a importância de pensar o planejamento e as práticas como instrumentos da ação, que tem por resultado eventos que se plasmam na concepção e na constituição do espaço (SANTOS, 1994).

Em outras palavras, é preciso ler no espaço a experiência de ação de todos os seus atores, desde as intervenções apoiadas em estratégias racionalizadas de ação, voltadas para a



concretização de metas pré-determinadas, até os territórios praticados, onde se plasma a história dos atores que lhes deram origem. O espaço condensa a experiência de planejamento do Estado e das energias práticas de seus atores, resultantes da ação.

Como a ação se plasma no espaço?

O espaço é um mosaico de situações que condensa relações espaço- temporais da história urbana. Nele podemos ler a linha do tempo, e também a do espaço, que se combinam numa mesma totalidade e revelam o essencial da cultura do lugar. Reduzir a compreensão do processo espacial à lógica racionalizada do planejamento é limitar o significado do espaço e da memória urbana. A memória é feita de gestos e sentidos escritos sobre as paredes visíveis e invisíveis que perfazem as fronteiras de cada fragmento. Para cada lugar, uma história, um sentimento, uma ação que se condensa em materialidades e imaterialidades para formar uma totalidade que representa a história de cada lugar na cidade (ELIAS, 1998).

O planejamento é da órbita da racionalidade, ao passo que a ação – categoria central do pensamento social e político – fala da condição humana, significa estar com o outro. Sua importância reside em produzir as energias práticas dos homens e começar algo novo no mundo social. Ela representa

a única atividade que se exerce entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria (...) [e] corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato de que os homens, e não o homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política, mas essa pluralidade é especificamente a condição de toda a política (ARENDR, 1992, pag. 15).

Ação é a categoria fundamental. Representa não só um meio de liberdade enquanto capacidade de reger o próprio destino, como também a única forma de expressão da singularidade individual (ARENDR, 2004).

O espaço público lida com as coisas do interesse coletivo e daí resulta a importância dos nós da ação coletiva que se dá entre os homens. E é da concordância entre os homens, ao longo de um curso comum de ação, que nasce o poder: sem o coletivo não há poder. Para tecer os fios invisíveis que formam o espaço público, é preciso revelar a importância da ação comunicativa (HABERMAS, 1989).

A principal questão para Hannah Arendt é a comunicabilidade em geral. A comunicação é a forma extraordinária da inteligência humana, e é ela que permite a ação em comum e confere sentido ao espaço público. Daí política como ação e pública como lugar comum entre os homens. Essa relação nos revela claramente a importância da política pública no espaço.

Para compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade, vale recorrer à categoria “existenz”, criada por Hannah Arendt para explicar a condição humana. Nós não existimos isoladamente, apenas socialmente. A existência humana só existe na comunicação e no reconhecimento da “existenz” de outros. De qualquer forma, os homens movem-se juntos nesse ser envolvente. Cada um revela sua singularidade se for capaz de partilhar com os outros. Compreender o outro que não encerra a sua própria identidade é reconhecer a alteridade. Politicamente não existimos isolados: coexistimos. A política exige um estar ligado aos outros. Podemos pensar por conta própria, mas só agimos em conjunto.

A ação passa a ter o sentido do agir discursivo: quem fala age. A compreensão é um outro lado



da ação. É uma forma de conhecimento, diferente das outras que permite a ação. Em *A condição humana*, Hannah Arendt afirma que a liberdade só pode ser exercida mediante o mundo público. É nele que se realiza a liberdade individual, através da palavra viva e da ação vivida, no contexto de uma comunidade política, criativa e criadora (ARENDR, 1992).

Não me canso de refletir sobre os ensinamentos de Hannah Arendt, sobretudo no que diz respeito ao legado do sentido e ao significado da política como estar com o outro. Ela nos fala da dimensão política da existência que olha para o outro e constrói a tessitura do organismo social, e essa constatação foi praticamente contemporânea à descoberta de Freud de que os corpos dos homens são seres do desejo. Apesar de ela não estabelecer interlocução alguma com Freud, sua obra tem um mesmo sentido de olhar para o outro: Freud na condição psíquica e Arendt na dimensão política.

Política pública

Esse pensamento compreensivo orienta a nossa proposta de constituição de uma rede de pesquisadores que reflitam sobre política pública. O planejamento é um instrumento da política, e sua natureza é instrumental; já a política é de natureza relacional, humana. Por isso, é fundamental que se vá além do planejamento para penetrar no campo da política. É preciso sair da noção de planejamento de atores hegemônicos, para o sentido de ação da infinidade de outros que fazem a existência social.

A Rede de Política Pública (RPP)¹ resulta da associação de laboratórios de pesquisa dedicados à investigação de políticas públicas e à análise das transformações que ocorrem no espaço, no contexto da sociedade contemporânea, mediada por tecnologias de informação e comunicação – as TICs. Esse ponto de partida é importante porque revela a nossa compreensão das relações que se estabelecem entre políticas públicas e espaço.

Na tradição do campo do planejamento urbano e regional, o processo de intervenção sobre o espaço produz importantes transformações sobre o território, quer sejam econômicas, políticas e/ou sociais. A reflexão alternativa aqui proposta considera a ação como categoria central da política. A proposta da RPP compreende a importância de pensar a política pública e lida com ações que objetivam a transformação do espaço público em que se faz a defesa do interesse coletivo. A ação, portanto, não é necessariamente planejada, podendo, perfeitamente, ser espontânea. São muitos os atores que habitam a cidade e produzem uma ação transformadora sobre o espaço público.

É preciso também distinguir os objetos de intervenção. Para o planejamento tradicional, o objeto de intervenção é o espaço urbano e/ou regional como um todo. Todavia, a pesquisa sobre as redes no governo da cidade (EGLER, 2007) nos informa que a ação dos atores em rede está organizada em torno de diversos campos. Pode estar associada ao meio ambiente, à saúde, ao planejamento urbano e regional, à cultura, à educação, à geração de emprego e

¹ A RPP foi criada em 2010 e incluiu Laboratório Espaço, o Laboratório desenvolvimento econômico, políticas regionais e novos espaços industriais e o Laboratório Responsabilidade Social, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas no Brasil do IPPUR/UFRJ; o Laboratório Cultura e Cidade do PROURB/UFRJ; o Laboratório Governo e Sociedade na gestão de Políticas Públicas; o Laboratório Arquitetura da Violência da UFF; o Laboratório Espaço e Economia da UERJ; o Laboratório Cultura e Processos Info-comunicacionais do IBICT/UFRJ; o Laboratório de Realidade virtual da COPPE/UFRJ e o Laboratório Cultura, Planejamento e Representação Espacial da UFF.



renda, aos direitos humanos, ao saneamento básico, entre outros. A pesquisa revela que a ação coletiva resulta da identificação de atores associados a formas de pensar, ser e agir em torno de interesses compartilhados. Isso é muito importante na concepção do processo de transformação do espaço empreendido pela RPP.

A proposta é mudar a estrutura do pensamento. Ao invés de pensar o planejamento sobre o espaço, a proposta é pensar a ação sobre a transformação do espaço. O planejamento é uma categoria abaixo da ação. Há ações que resultam do planejamento, mas há outras que resultam da resistência social, algo muito diferente de se colocar o planejamento no centro da reflexão.

Na orientação metodológica proposta por Ana Clara Torres Ribeiro, a sociologia deve olhar para o presente, ver o que existe (RIBEIRO, 2012). Seguindo essa direção, nosso olhar sobre políticas públicas compreende que elas estão organizadas em torno de objetos específicos, como meio ambiente, questões urbanas e saúde, para citar apenas as mais importantes.

Ao mesmo tempo, ao longo de nossa experiência de vida e de trabalho, foi possível apreender uma epistemologia que reunia as diferentes disciplinas. Nosso objetivo foi reunir, no mesmo lugar, laboratórios de pesquisa dedicados à análise das diferentes políticas públicas e seus efeitos sobre o processo de transformação do território, produzindo ações sobre meio ambiente, educação, saúde e habitação, e de como elas transformam o espaço.

A Rede de Políticas Públicas - RPP

A tarefa de formar uma rede de pesquisadores não é fácil! Esse foi o desafio que mobilizou a nossa ação. Compreendemos os efeitos profundos da transformação do mundo, em todas as suas dimensões, decorrentes da mediação de tecnologias de informação, desde a localização do corpo no espaço até as relações de sociabilidade e de amor, passando pelas atividades econômicas, pela ação política, pela difusão da cultura, entre tantas outras. É um trabalho infundável!

O desafio que nos propomos é fazer uma experiência de trabalho coletivo associado a possibilidade na qual a TIC revela profundas transformações no que se refere ao fazer a pesquisa, isso por que se transformam os processos de investigação, documentação, revisão, difusão e autoria na difícil tarefa de produzir conhecimento novo.

A formação da RPP tem por ponto de partida o reconhecimento da importância da vitalidade do presencial e da comunicabilidade do virtual. Para constituir a rede, é importante estar apto a perceber essas duas dimensões. Esse processo, contudo, é lento. A primeira etapa foi a da constituição do chamado núcleo duro, que consistiu na associação entre nove laboratórios de pesquisa (como indicado na nota 1), identificados por uma ética de confiança e pelo conhecimento do campo proposto, e reunindo aproximadamente 50 pesquisadores de todos os níveis desde Iniciação Científica até a produtividade do CNPq. O objetivo era formar uma rede descentralizada e democrática, libertar a pesquisa das barreiras metodológicas e cada laboratório participar com linhas e metodologia próprias. Na segunda, tem lugar uma primeira expansão, e na terceira a rede se autonomiza e ganha vida própria.

A pesquisa se estrutura em quatro pontos: delimitação do objeto empírico; metodologia; percurso no campo; e capacidade analítica. Cada laboratório delimita suas linhas de pesquisa, com seus objetos empíricos específicos; o percurso no campo é realizado por cada laboratório, a partir de sua experiência, da metodologia associada ao objeto proposto, mas a análise



pertence a cada pesquisador e tem a ver com a sua capacidade de pensar relacional e associativamente. A proposta considera possível compartilhar banco de dados, informações sobre as pesquisas, referências bibliográficas, por meio de comunicação vital e virtual. Afinal, podemos conceber a produção coletiva do conhecimento quando se compartilha o instrumental e se liberta o pensamento.

A rede publicou três livros. O primeiro pode ser situado na transição do núcleo duro para a primeira expansão. Podemos observar os avanços realizados entre o primeiro livro e o segundo livro, desdobramentos de seminários, reuniões de trabalho e reuniões de gestão presencial. O resultado dessa interlocução faz-se presente nos artigos, nos quais podemos identificar formas de pensar, ser e agir cada vez mais compartilhados. É perceptível a forma pela qual os pesquisadores trocam saberes e redesenham seus objetos a partir da apropriação de teorias, categorias e conceitos de cada disciplina presente no campo, como, por exemplo, os pesquisadores do urbano trocam com os da saúde, ou como os pesquisadores da política trocam com a engenharia. Esse processo não é simples, e muitas vezes podemos perceber clivagens entre as disciplinas. A crítica ética faz avançar a concepção e a criação de conhecimento novo.

O pensamento é relacional e associativo, daí a importância da criação coletiva de conhecimento, tornada possível quando se conhece a experiência analítica de outras disciplinas e se amplia o objeto de conhecimento de cada um dos formadores desse coletivo. A rede produz um espaço de interlocução vital e virtual para que seja possível ir além dos limites territoriais e temporais. Por isso a segunda etapa denominada de expansão, pode ampliar a participação dos atores na interlocução coletiva, constituindo um poder pela ampliação da ação coletiva, na defesa do espaço público.

Para possibilitar a comunicação virtual foi concebida e programada a plataforma www.rpp.ippur.ufrj/rpp. Esse sistema colaborativo feito pelos laboratórios de pesquisa Laboratório de Realidade Virtual - LAB3D – da Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE, e o Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço - LabEspaço do IPPUR, ambos da UFRJ, evidencia igualmente a importante colaboração entre engenharia e ciência social, inseparáveis para quem quer compreender e fazer redes.

Importa perceber a distinção entre laboratórios de pesquisa e redes. Enquanto os laboratórios são grupos de pesquisadores com interlocução vital e também virtual, sobretudo presencial, porque compartilham a vida cotidiana em laboratório, as redes se constituem mediante a associação dos laboratórios, por comunicação principalmente virtual. A comunicação vital, contudo, pode acontecer em encontros e seminários eventuais, temporalmente definidos. Isso é importante, visto que a concepção da plataforma permite que ela seja usada tanto pelos grupos quanto pela rede como um todo.

O nosso desígnio é formar uma rede de laboratórios associados por uma ética compartilhada, um objeto de estudo resultante de uma transversalidade entre disciplinas para formar o campo da política pública. Mediante a utilização de processos que se realizam por mediação tecnológica e que possam unificar um grande número de pesquisadores que se associam e constituem o poder da ação coletiva em defesa do espaço público.

Os três anos que se passaram desde o início do projeto nos fazem acreditar que é possível, sem dúvida alguma, criar novas institucionalidades do conhecimento em rede, que sejam mais flexíveis, amigáveis e solidárias.



REFERÊNCIAS

- ARENDR, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- ARENDR, H. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1993.
- EGLER, T. T. C. *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia. Entre facticidade e validade* (tomos I e II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- OLIVEIRA, F. M.; EGLER, T. & WERNER, C. Plataforma interativa para Rede de Política Pública, rede de Políticas Públicas, Rio de janeiro, 2014. www.rpp.ippur.ufrj/rpp
- RIBEIRO, A. C. T. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- RIBEIRO, A. C. T.; BARRETO, A. R.; SÁ, A. L.; COSTA, L. M. de C. & AMARAL L. C. P. do. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. 15 e 16, 2001.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.